



## **A PESQUISA E A UNIVERSIDADE NO BRASIL: organização e institucionalização dos grupos de pesquisa em Geografia**

*Janaina Francisca de Souza Campos Vinha*<sup>1</sup>  
janadageo.unesp@yahoo.com.br

### **Resumo**

Este artigo apresenta reflexões sobre uma temática ainda pouco tratada e discutida. A formação de grupos de pesquisa é uma “nova” forma de organização do trabalho acadêmico e científico que recentemente foi institucionalizado pelos principais centros de Ensino Superior, pesquisas e agências de fomento no Brasil. Os grupos de pesquisa em Geografia foram tratados, sobretudo, diante de dois aspectos: como espaços importantes de socialização do conhecimento que vem crescendo progressivamente e que subsidiam a formação do futuro docente e fomentam a postura crítica e reflexiva, com destaque ao trabalho coletivo no estudo de temas em comum; e como parte do processo de reestruturação produtiva, iniciado na década de 1990, período que o Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (DGPB) oficializou os grupos junto ao CNPq. Ao analisar o papel da pós-graduação na pesquisa e a sua relação com a formação dos grupos de pesquisa, demonstramos que além da expressividade alcançada com o aumento dos grupos em todas as regiões do país, esta forma de organização também trouxe rebatimentos para os campos da educação e pesquisa, segmentos que incorporaram as redefinições do mundo do trabalho e se reajustaram as políticas neoliberais.

### **Palavras-chave**

Grupo de pesquisa, Socialização do conhecimento, Reestruturação produtiva, Neoliberalismo.

## **RESEARCH AND UNIVERSITY IN BRAZIL: organization and institutionalization of research groups in Geography**

### **Abstract**

This paper presents reflections on the still poorly treated and discussed theme. The formation of research groups is a "new" form of organization of academic and scientific work that has recently been institutionalized by the major institutions of higher education, research and development

---

<sup>1</sup> Doutorado em Geografia pela Unesp de Presidente Prudente. Docente do Departamento de Geografia na Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM e docente credenciada do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL) – Unesp. Endereço: Rua Governador Valadares, 732 apto 108, Fabricio. Uberaba, MG.

agencies in Brazil. The research groups in Geography were treated mainly on two aspects: as important spaces for socialization of knowledge that has been growing steadily and that subsidize the training of future teachers, foster critical and reflective stance, highlighting the collective work in the study of common themes; and as important socialization spaces of knowledge that has been growing steadily, and as part of the restructuring process initiated in the 1990s, a period that the Groups Directory Research of Brazil (DGPB) formalizes the groups with CNPq. By analyzing the role of postgraduate research and its relation to the formation of research groups have demonstrated that besides the expressiveness achieved with the increase of the groups in all regions of the country, this form of organization also brought repercussions to the fields of education and research segments that incorporated resets the world of work and readjusted neoliberal policies.

**Keywords**

Research group, Socialization of knowledge, Production restructuring, Neoliberalism.

**INVESTIGACIÓN Y UNIVERSIDAD EN BRASIL:  
organización e institucionalidad de grupos de investigación de Geografía**

**Resumen**

Este artículo presenta reflexiones sobre el tema aún poco tratado y discutido. La formación de grupos de investigación es una "nueva" forma de organización del trabajo académico y científico que recientemente ha sido institucionalizada por las principales instituciones de Educación Superior, los organismos de investigación y desarrollo en Brasil. Los grupos de investigación en Geografía fueron tratados principalmente en dos aspectos: como espacios importantes para la socialización del conocimiento que ha ido creciendo de manera constante y que subvencionan la formación de profesores, para estimular la postura crítica y reflexiva, destacando el trabajo colectivo en el estudio de temas comunes; y como parte del proceso de reestructuración iniciado en la década de 1990, un período en que el Directorio de Grupos Investigación de Brasil (DGPB) formaliza los grupos con CNPq. Mediante el análisis del papel de la investigación de postgrado y su relación con la formación de grupos de investigación han demostrado que, además de la expresividad conseguida con el aumento de los grupos en todas las regiones del país, esta forma de organización también trajo repercusiones para los campos de la educación y los segmentos de investigación que incorporan restablece el mundo del trabajo y se reajusta las políticas neoliberales.

**Palabras Clave**

Grupo de investigación, Socialización del conocimiento, Reestructuración de la producción, Neoliberalismo.

**Introdução**

Este artigo discute parte dos resultados apresentados na tese de doutorado<sup>2</sup>, defendida em 2012, que teve como principal objetivo a identificação e análise dos temas e paradigmas da Geografia Agrária. Foi realizado uma leitura do pensamento geográfico

---

<sup>2</sup> Tese de doutorado intitulada "Leituras dos *territórios paradigmáticos* da Geografia Agrária: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo", defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unesp, Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) no ano de 2012, orientada pelo Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes. Apoio: FAPESP.

através do enfoque paradigmático e territorial, elucidando que os grupos de pesquisa são territórios paradigmáticos, espaços de socialização do conhecimento nos quais são compartilhados paradigmas que representam parte da unidade, diversidade e diferencialidade da Geografia Agrária brasileira. Na tese, desnudamos a trama objetiva que o pensamento geográfico se encontra, em que grupos de pesquisa e paradigmas constituem territórios paradigmáticos que disputam e defendem posições político-ideológicas sobre os modelos de desenvolvimento para o campo.

Mas antes de analisar a produção acadêmica e as posições político-ideológicas construídas, foi necessário compreender e refletir as dinâmicas que originaram a criação, consolidação e institucionalização dos grupos de pesquisa no Brasil, tendo em vista suas relações com o ensino, pesquisa e extensão. A formação de grupos de pesquisa é uma “nova” forma de organização do trabalho acadêmico e científico que recentemente foi institucionalizado pelos principais centros de Ensino Superior, pesquisas e agências de fomento no Brasil. Este trabalho visa compreender os grupos de pesquisa diante de dois aspectos: como espaços importantes de socialização do conhecimento que cresceram significativamente nos últimos anos no país e que subsidiam a formação do futuro docente, com destaque ao trabalho coletivo no estudo de temas em comum; e como parte do processo de reestruturação produtiva, iniciado na década de 1990, período que o Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (DGPB) oficializou os grupos junto ao CNPq. Esta forma de organização trouxe rebatimentos para os campos da educação e pesquisa, segmentos que incorporaram as redefinições do mundo do trabalho e se reajustaram as políticas neoliberais.

Para tanto, foi necessário percorrer variados caminhos metodológicos, alguns mais práticos e outros mais complexos. Os procedimentos metodológicos empregados envolveram: a) levantamento e revisão bibliográfica; b) levantamento, coleta e sistematização de dados no *Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (DGPB)* até o ano de 2010; c) levantamento, coleta e sistematização de dados nos sites dos grupos de pesquisa; d) levantamento, leitura e discussão da produção científica dos grupos, a partir de amostras de dissertações e teses dos membros; e) entrevistas com todos os coordenadores e fundadores dos grupos de pesquisa. Esta última etapa foi fundamental, pois com foram confirmadas, complementadas e/ou corrigidas as informações sobre a estrutura e temas de estudo dos grupos.

Além dessa parte e das considerações finais, o presente artigo está organizado em três seções: a primeira analisa o papel da pós-graduação na pesquisa e a sua relação com a formação dos grupos de pesquisa; a segunda aborda o crescimento e a

representatividade dos grupos em todas as áreas do conhecimento e regiões do país, concebidos como espaços importantes de socialização do conhecimento que auxiliam no ensino, pesquisa e extensão e, sobretudo, no trabalho coletivo, através de temáticas de estudo compartilhadas; a terceira e última parte traz para o escopo de análise questões que abrangem o processo de reestruturação produtiva e o rearranjo neoliberal, da qual a institucionalização dos grupos faz parte e merece ser refletida.

### **Pós-graduação e pesquisa no Brasil: amadurecendo a ideia da organização em grupos**

É no final da década de 1970 que o estímulo à formação dos grupos de pesquisa se iniciou no país, período em que a Capes ganhou novas atribuições junto às universidades brasileiras (ROBL; MENEGHEL, 2003). O ano de 1974 marcou esse período de renovação da entidade e inaugurou uma nova fase a partir da vigência do Decreto 74.299, instrumento que deliberou maior autonomia aos setores financeiros e administrativos e instituiu uma política nacional voltada à pós-graduação (CAPES, 2010). Os programas de pós-graduação deveriam firmar “identidades”, organizados por áreas e competências de pesquisa. Com o propósito de alavancar o trabalho em equipe e o diálogo entre docentes e discentes, os grupos e linhas de pesquisa foram chamados para atender a esta demanda, responsáveis por condensar identidade e facilitar a interação entre os docentes e o trabalho em equipe (ROBL; MENEGHEL, 2003).

Neste período, de maneira embrionária, buscava-se firmar o compromisso com os programas de pós-graduação para o estabelecimento de áreas de interesse, isto é, com as linhas de pesquisa que se aproximassem do perfil dos programas. Destarte, tanto os grupos como as linhas de pesquisa, auxiliaram na construção de identidades entre os diversos programas de pós-graduação do Brasil (ROBL; MENEGHEL, 2003).

A Resolução nº 05 de 1983 estabeleceu novas normas de organização da Capes, promovendo a participação de discentes da pós-graduação em grupos de pesquisa. Segundo Robl e Meneghel (2003), é na década de 1980 que os grupos adquirem importância, pois, como a resolução permitia que a pós-graduação se reunisse fora das áreas de concentração, muitos programas, sobretudo da área de Educação, estruturaram-se a partir das linhas ou dos grupos de pesquisa que já estavam em curso (ROBL; MENEGHEL, 2003). De acordo com essa concepção, o discente ingresso na pós-graduação deveria estar articulado às linhas de pesquisa do orientador, fazendo do seu projeto uma das práticas que entraria em ressonância com o grupo de pesquisa. Por meio

da resolução, induziu-se a formação de grupos de pesquisa, confluindo interesses e afinidades temáticas e/ou paradigmáticas. Do ponto de vista dos programas de pós-graduação, os grupos de pesquisa

[...] devem estruturar a formação do aluno, com disciplinas, atividades de pesquisa e outras que culminam com a defesa da dissertação. A organicidade das atividades pós-graduadas, na formação do pesquisador, dá-se em função dos grupos e linhas de pesquisa, que devem revelar objetivos/ focos comuns de atuação dos pesquisadores, incluindo publicações (ROBL; MENEGHEL, 2003, p. 2).

Mesmo de maneira vaga e imprecisa, dentre os objetivos e diretrizes da pós-graduação na década de 1970, o incentivo à formação de núcleos e centros para o Ensino Superior já estava posto: “[...] formar pesquisadores para o trabalho científico, a fim de possibilitar a formação de núcleos e centros, atendendo as necessidades setoriais e regionais da sociedade” (BRASIL/MEC, 1975, p. 125).

O incentivo à formação de grupos e núcleos também teve como diretriz os programas institucionais de capacitação de docentes e o intercâmbio de recursos humanos para propiciar a consolidação de grupos vinculados ao ensino e à pesquisa no país. O I Programa Nacional de Pós-Graduação (PNPG) incentivou a articulação de docentes em grupos e equipes como atividade que potencializa a pós-graduação e os próprios grupos. Mesmo não se referindo propriamente a grupos de pesquisa, mas sim a ‘núcleos’, o I PNPG já direcionava suas diretrizes para a conformação de grupos, especialmente para aqueles que envolvessem docentes e que garantissem a promoção e o desenvolvimento.

Na década de 1980, o III PNPG (1986-1989) reconheceu, com maior clareza, a importância dos grupos de pesquisa para a pós-graduação brasileira, colocando-os como instrumentos para o desenvolvimento da capacidade científica do país. Também reconheceu-se a instabilidade dos grupos de pesquisa, prejudicados pelo curto apoio financeiro e a consequente interrupção das pesquisas. Foi reforçada a política de continuidade ao financiamento de pesquisadores filiados a grupos de pesquisa, exprimindo uma nova tendência à prática científica. Como o recurso financeiro é um dos fatores determinantes para a continuidade e desenvolvimento de pesquisas, observa-se, na década de 1980, que a consolidação de grupos de pesquisa coloca-se como uma nova tendência.

O apoio à criação de novos programas de pós-graduação é atrelado à existência de grupos de pesquisa com produção científica regular na área de atuação

(BRASIL/MEC, 1986). Igualmente, procurou-se, por intermédio dos grupos, fomentar a criação de programas de mestrado, com base nos grupos emergentes de pesquisa (BRASIL/MEC, 1986), e ampliar a formação dos grupos para além dos domínios da pós-graduação, através do apoio à participação da graduação.

Acompanhando esta mesma lógica de estímulo à criação de grupos de pesquisa, as diretrizes promulgadas pelo PNPG (2005-2010)<sup>3</sup> prezaram pelo estabelecimento de grupos de pesquisa em regiões brasileiras cuja densidade da organização científica fosse pequena e em regiões capazes de potencializar o desenvolvimento científico do país. Neste plano, os grupos de pesquisa também são avaliados como parte das estratégias de desenvolvimento dos programas de cooperação interinstitucional, com o intuito de tornar mais simétrica a disposição de recursos humanos. Programas de bolsas de estudos para a promoção da interlocução e compartilhamento do conhecimento, bem como para propiciar a mobilidade entre os membros, são instrumentos que visam atender os pesquisadores nucleados em grupos de pesquisa.

No que concerne aos processos avaliativos, a participação dos alunos da pós-graduação em grupos de pesquisa é um dos índices propostos pelo plano. Este PNPG ainda propôs a flexibilização do modelo de pós-graduação, através da substituição do cursamento de disciplinas pela participação dos discentes em atividades de pesquisa, isto é, junto a grupos de pesquisa.

A proposta do último PNPG (2011-2020) visou estimular grupos de pesquisa interdisciplinares e multidisciplinares, seja dotando-os de espaço físico ou de linhas de financiamento. A Capes deve priorizar propostas que apresentem uma organização estruturada em grupos de pesquisa interdisciplinares e multidisciplinares, cuja atividade seja considerada de excelência. Além do incentivo à formação dos grupos de pesquisa considerados de “excelência”, o PNPG visou a consolidação dos grupos “emergentes” para auxiliar na qualificação dos cursos de mestrado com nota 3 (nota mínima). O PNPG deixa explícito o novo padrão de pesquisa, estruturado na institucionalização dos grupos, em que a abertura de editais específicos os tem favorecido (BRASIL, MEC/CAPES, 2010).

Em 2007, com a criação da Diretoria de Relações Internacionais (DRI), os programas de cooperação internacional da Capes também se organizam para atender os

---

<sup>3</sup> “Uma série de circunstâncias, envolvendo restrições orçamentárias e falta de articulação entre as agências de fomento nacional, impediu que o Documento Final se concretizasse num efetivo Plano Nacional de Pós-Graduação” (MEC/CAPES, 2010, p. 29). Com isso, o IV PNPG não foi formulado.

grupos de pesquisa, principalmente no que se refere à concessão de bolsas a partir de demandas de grupos de pesquisa (BRASIL, MEC/CAPES, 2010).

Dentre os parâmetros definidos pelo “Critério de Avaliação Trienal” da Capes (2004-2006) para a avaliação dos cursos de pós-graduação em Geografia, a existência de grupos de pesquisa é um dos requisitos (peso 30%) para a atribuição das notas máximas 6 e 7 aos programas. Isso pode ser identificado especificamente no item 2, que aprecia sobre a “consolidação e liderança nacional do programa como formador de recursos humanos para a pesquisa e a pós-graduação” (BRASIL, MEC/CAPES, 2007, p. 25).

Tecidas breves considerações sobre a relação da pós-graduação e a sua relação com a pesquisa, com foco para os grupos de pesquisa, serão abordados alguns aspectos sobre a organização, constituição e institucionalização desses grupos no Brasil. São elucidados os programas e incentivos direcionados a este tipo de organização, o aumento do número dos grupos de pesquisa e sua relevância para a prática científica do país, de modo que reúne pesquisa, ensino e extensão e atuam como espaços de socialização do conhecimento.

### **Grupos de pesquisa no Brasil e a sua relevância para a pesquisa, ensino e extensão: espaços de socialização do conhecimento**

Uma das principais características que compõem a atividade científica nas universidades consiste na formação de grupos de pesquisa e redes acadêmicas<sup>4</sup>. Os grupos de pesquisa conquistaram expressividade neste processo, na medida em que as agências de fomento dirigiram suas atenções não só aos programas de pós-graduação, mas também entenderam a importância dos grupos junto à prática educacional e científica (ARMELIN, 2001).

A preocupação com essa organização efetivou-se somente no início da década de 1990, (ROBL; MENEGHEL, 2003) período em que o CNPq, entendendo a relevância dos grupos de pesquisa, criou, em 1992, o projeto denominado *Directorio dos Grupos de Pesquisa no Brasil* (DGPB) e oficializou a atividade no país. O DGPB é uma fonte de informação sobre a pesquisa realizada no Brasil. Sua base de dados contém diversos tipos de informações: dados sobre os recursos humanos constituintes dos grupos, linhas de pesquisa, especialidades do conhecimento, setores de atividade envolvidos,

---

<sup>4</sup> No entanto, é importante lembrar que embora possamos sinalizar para uma tendência na formação dos grupos, não se pode ignorar os pesquisadores que não possuem vínculo algum com esse tipo de organização, mas que, igualmente, desenvolvem pesquisas e contribuem significativamente em suas respectivas áreas do conhecimento.

produções científicas dos participantes e padrões de interação dos grupos com o setor produtivo. Essas informações são atualizadas permanentemente (a cada dois anos) e oferecem um panorama geral das pesquisas realizadas no país (CNPQ, 2008).

De acordo com o CNPq (2008), a constituição do DGPB está centrada em três objetivos centrais: 1) fonte de dados que disponibiliza informações sobre a atividade científica dos grupos de pesquisa; 2) instrumento digital e interativo que favorece múltiplos aprofundamentos analíticos sobre os grupos cadastrados, permitindo o planejamento, seja para a esfera acadêmica, institucional, empresarial ou político-administrativa; e, por último, 3) resguarda a memória e a história da pesquisa no país. Para o CNPq (2008), o objetivo dos grupos é fortalecer a pesquisa e integrar o conhecimento a partir de um grupo de pesquisadores, estudantes e técnicos organizado em linhas de pesquisa. Os docentes devem compor temáticas de estudo abrangentes e articulá-las em projetos específicos a partir da inclusão dos seus orientandos (SILVA, 2010)<sup>5</sup>.

O Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX), criado em 1995 pela Portaria nº 365, do MCT, também conjuga esforços nesta mesma direção, ao focar a ação da pesquisa sob a organização e constituição de grupos de pesquisa. Uma comissão de trabalho foi criada entre o CNPq, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), a Capes, a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), com o intuito de fomentar uma linha de apoio a “núcleos de excelência”<sup>6</sup>. O apoio é condicionado a estes núcleos, considerados grupos de “alta competência”, compostos por pesquisadores e técnicos, sendo que, no mínimo, três pesquisadores devem estar ligados à categoria I do CNPq – ou obter perfil equivalente (CNPQ, s.d.).

O Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), por meio do Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI), além de outras ações, também centralizou suas políticas na ação dos grupos de pesquisa em todas as áreas do conhecimento e regiões brasileiras. Os recursos advêm do CNPq, FINEP, Capes, Petrobrás, BNDES, Ministério da Saúde e fundações estaduais de amparo à pesquisa (MCT, 2008).

---

<sup>5</sup> Informação verbal concedida pelo professor titular da FCT-UNESP, Erivaldo Antonio da Silva, em 07 de junho de 2010. O professor faz parte da comissão de assessoria da Pró-Reitoria de Pesquisa e da coordenação do PIBIC/PIBITI/PIBIC JUNIOR/CNPq/UNESP.

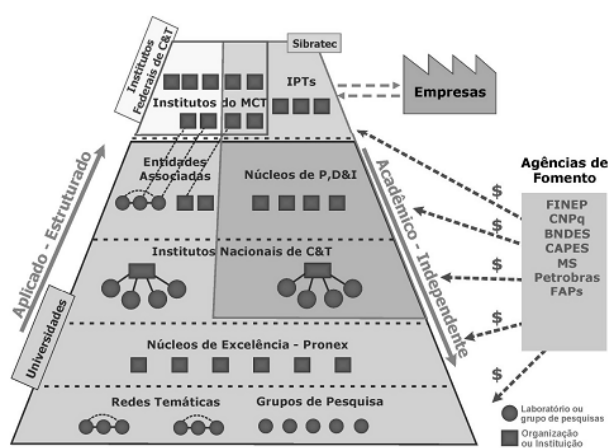
<sup>6</sup> A “execução do programa, anteriormente a cargo da FINEP, foi transferida para o CNPq em 10 de agosto de 2000, com a reestruturação do sistema de C&T coordenado pelo MCT” (CNPq).



O PACTI busca atingir, sobretudo, um nível de “excelência nas atividades em ciência e tecnologia em nível internacional, uma vigorosa integração do sistema de C&T com o sistema empresarial, a melhoria da educação científica, e a participação mais equilibrada das diferentes regiões do país no esforço produtivo com base no conhecimento” (MCT, 2008, p. 1). Dentre os programas que visam alcançar estes objetivos, destacam-se os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs).

Os INCTs possuem um foco temático bem delimitado, apresentam propostas consideradas complexas e são compostos por pesquisadores de reconhecida competência nacional e internacional em sua área de atuação. Sua organização não deve ser mediada por apenas um grupo de pesquisa, mas por uma rede de grupos de pesquisa (MCT, 2008).

A organização do Sistema de Tecnologia, Ciência e Inovação propôs um modelo hierárquico que coloca os grupos de pesquisa como base desse processo (Figura 1).



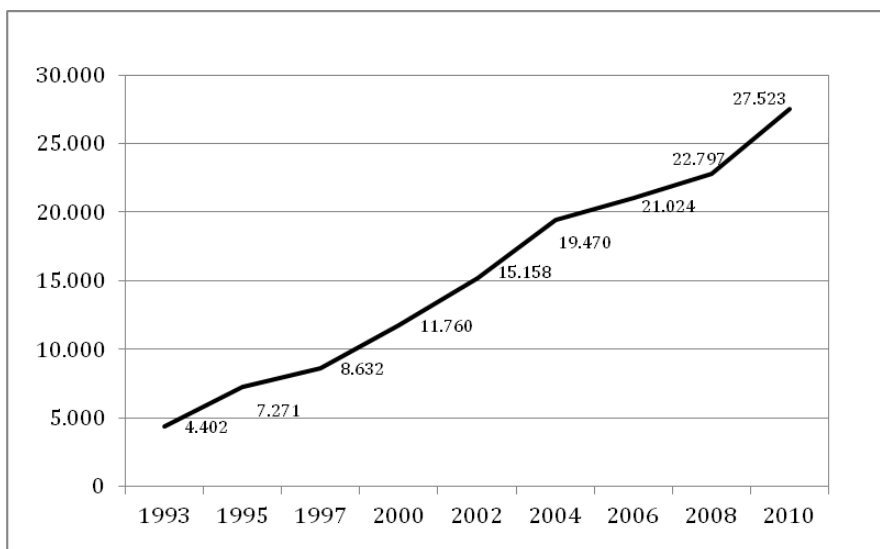
**Figura 1: Modelo de organização do sistema de C,T&I**

Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Programa Institutos Nacionais de C&T. Documento de orientação aprovado pelo comitê de coordenação, MCT (2008).

A partir desta organização e nucleados por redes temáticas, esses grupos, potencialmente, podem vir a atingir progressivamente patamares superiores, estruturados nos Núcleos de Excelência (PRONEX) que, por sua vez, ascenderiam aos chamados Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) e, conseqüentemente, a outros níveis, como os institutos federais de Ciência e Tecnologia do MCT e os Institutos de Pesquisa Tecnológica (IPTs) – ambos articulados ao setor produtivo. A cada ascensão, mais aplicada é a natureza da pesquisa e mais estruturados se tornam os grupos.

As políticas educacionais, científicas e tecnológicas colocam a pesquisa realizada pelos grupos no centro da construção e difusão do conhecimento. A institucionalização dos grupos de pesquisa no Brasil, através do CNPq, é uma prática que tem consolidado a pesquisa. Em relatório divulgado pela Capes, a entidade apontou a tendência da formação desses espaços de pesquisa (SOARES, et al., 2002). Esses grupos são responsáveis por grande parte das investigações realizadas na atualidade e também pela formação de inúmeros pesquisadores na Geografia (MARAFON, 2006; MIORIN, 2005; FERREIRA, 2011). O último censo divulgado pelo CNPq, em 2010, levantou a existência de 27.523 grupos de pesquisa no Brasil (Gráfico 1).

**Gráfico 1: Número de grupos de pesquisa - Brasil (1993-2010)**



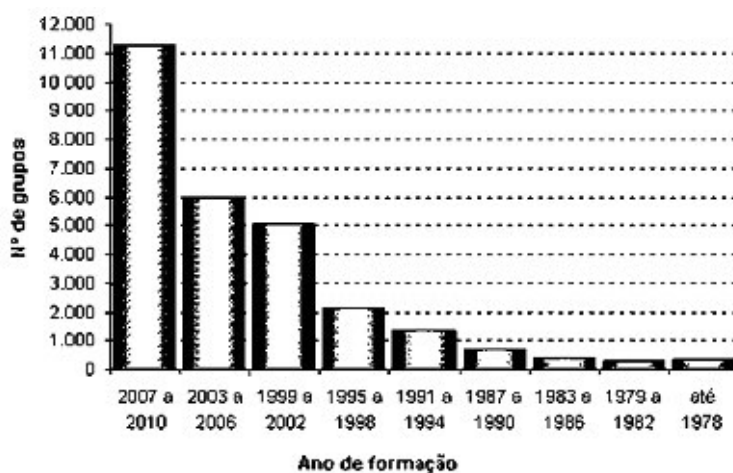
Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (DGPB), 2010  
Organização: Janaina Francisca de Souza Campos Vinha.

O gráfico acima confirma essa recente condição da atividade científica no país. O DGPB registrou o aumento contínuo dos grupos de pesquisa: 4.402 (1993), 7.271 (1995), 8.632 (1997), 11.760 (2000), 15.158 (2002), 19.470 (2004), 21.024 (2006), 22.797 (2008) e, por fim, 27.523 grupos cadastrados na base até o ano de 2010. Se comparada a série inicial de 1993 com a última, realizada em 2010, verifica-se um aumento significativo dos grupos de pesquisa de mais de 600%.

O gráfico 2 mostra a distribuição dos grupos de pesquisa de acordo com o ano de formação. Ele revela a maior incidência de grupos formados a partir de 1991-1994, período de ascensão até o último período analisado (2007-2010), chegando a mais de 11 mil, o que confirma a consolidação dos grupos a partir da década de 1990.

A ampliação do número de grupos de pesquisa ocorreu, de fato, nos anos 1990, quando houve o aumento da concorrência. Isso não significa que não havia a formação de grupos de pesquisa antes da criação do DGPB, mas que o movimento mais forte de formação e institucionalização de grupos ocorreu na última década (Gráfico 2).

**Gráfico 2: Distribuição dos grupos de pesquisa segundo o ano de formação (1978-2010)**

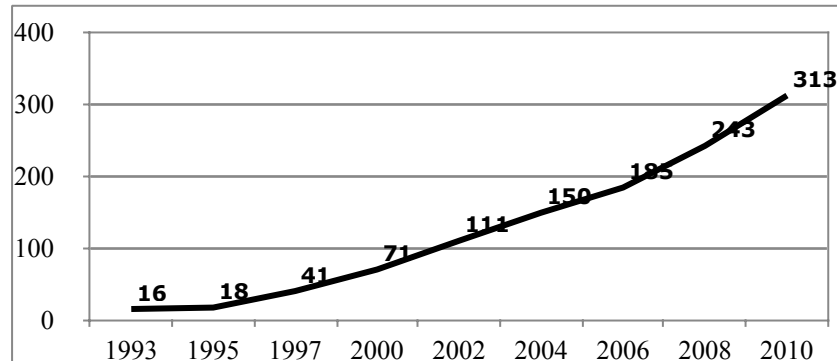


Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (DGPB), 2010.

Acompanhando a evolução desta mesma série histórica, no que diz respeito à distribuição dos grupos de pesquisa de acordo com as regiões geográficas, segundo o DGPB, ainda está concentrada na região Sudeste (46,8% em 2010). Só o estado de São Paulo, em 1993, participou com 68,5% dos grupos de pesquisa do país. Depois da região Sudeste, destacam-se as regiões Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte, respectivamente.

Em todas as grandes áreas do conhecimento houve o crescimento do número dos grupos de pesquisa no país. Se considerado o primeiro e o último ano de coleta do censo, 1993 e 2010, as Humanidades apresentaram crescimento significativo e as Ciências da Vida e as Ciências da Natureza reduziram a sua participação: de 46,4% para 37,3% (1993 e 2010) e de 31,4% para 23,6% (1993 e 2010). Mesmo com essa retração, nenhuma das grandes áreas sofreu redução no número de grupos de pesquisa. O que ocorreu foi uma melhor distribuição na participação dos grupos dessas áreas.

No que concerne à Geografia, o DGPB também indicou o crescimento contínuo dos grupos de pesquisa nesta área, registrando apenas 16 grupos em 1993 e saltando para 313 no ano de 2010 (Gráfico 3). São grupos se dedicam aos estudos urbanos, regionais, agrários, geomorfológicos, pedológicos, climatologia, pensamento geográfico, ensino e educação, entre outros.

**Gráfico 3: Número de grupos de pesquisa no Brasil – Geografia (1993-2010)**

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (DGPB), 2010  
 Organização: Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

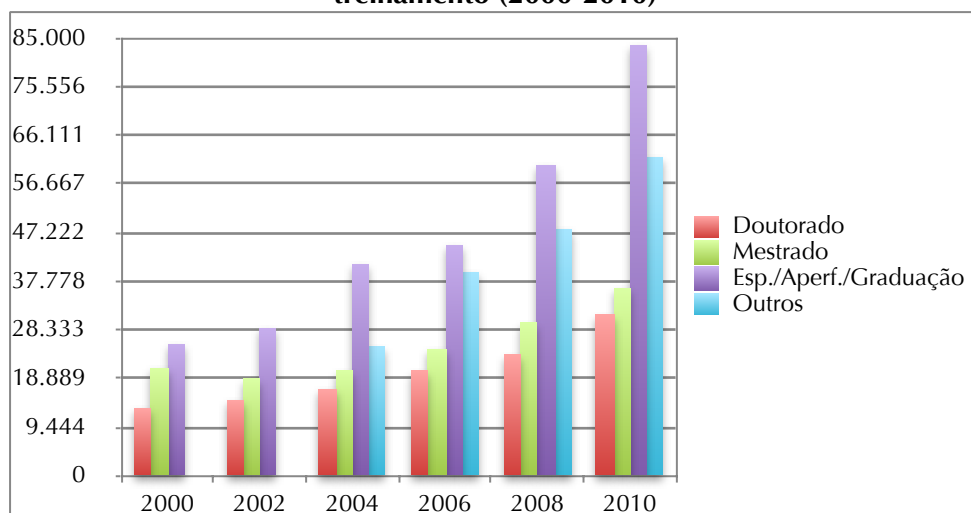
A formação de grupos de pesquisa é um fenômeno que agrega boa parte da comunidade científica brasileira. Mesmo com diferenças históricas que acompanham a gênese de cada grande área do conhecimento, é possível afirmar que há uma tendência na conformação desse tipo de organização para os próximos anos.

Os grupos de pesquisa possibilitam o diálogo entre a graduação e a pós-graduação, e permitem, aos graduandos, o desenvolvimento de estudos de iniciação científica. Esta inclusão é fenômeno de suma importância, já que, no Brasil, como discutido, a pesquisa iniciou-se como prática articulada à pós-graduação, ficando a graduação à beira desse processo de construção do conhecimento. A formação de grupos de pesquisa, compostos por discentes da graduação, propicia o crescimento da produção científica do país com qualidade, transformando a pesquisa em uma atividade de caráter coletivo<sup>7</sup> (MARTIN, 2006).

A participação da graduação nos grupos de pesquisa é significativa e pode ser observada no gráfico 4. O gráfico exhibe a crescente participação dessa categoria atuando junto a grupos de pesquisa no país, no período de 2000 a 2010. No ano de 2010, junto aos estudantes matriculados nos cursos de mestrado e doutorado, são os alunos de graduação, especialização ou de aperfeiçoamento a categoria que mais agrega recursos humanos no interior dos grupos, com mais de 80.000 estudantes.

<sup>7</sup> A qualidade da pesquisa, expressa por Martin (2006), é criticado por muitos estudiosos. Sobre essa questão, trataremos posteriormente, no qual serão tecidas mais considerações.

**Gráfico 4: Distribuição dos estudantes em grupos de pesquisa – Brasil – Nível de treinamento (2000-2010)**



Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (DGPB), 2010<sup>8</sup>  
 Organização: Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

Valentim (2007) chama a atenção para a visão global que os grupos de pesquisa constroem em torno do(s) fenômeno(s) estudado(s), já que cada membro, independente do seu nível acadêmico, colabora, de forma particular e criativa, no processo de construção do conhecimento. Docentes, discentes, técnicos e funcionários são sujeitos ativos, pois participam desse processo e são capazes de desenvolver habilidades. A produção do conhecimento em grupos de pesquisa possibilita a realização de investigações mais amplas e complexas que qualificam o processo reflexivo.

A pesquisa é concebida como prática que aproxima a relação entre teoria e prática na formação e atuação dos(as) futuros(as) docentes e estimula a atividade investigativa, elemento que deve compor a formação do licenciado, tornando-se um sujeito que constrói e socializa o conhecimento. Além disso, a prática científica contribui para desenvolver a argumentação e o raciocínio crítico (MALDONADO; PAIVA, 2002), postura que se opõe radicalmente da perspectiva do professor como mero transmissor de conhecimentos.

Beillerot (2001) argumenta sobre a importância da pesquisa enquanto prática formadora do trabalho docente. Ludke, Cruz e Boing (2009), mesmo constatando a

<sup>8</sup> A categoria de dados “Outros” refere-se à informação de estudantes que não declararam o nível acadêmico. Nos anos de 2000 e 2002 existe uma diferença expressiva quanto aos demais anos de coleta. Isso porque, até o ano de 2002, as informações eram coletadas apenas no registro dos grupos de pesquisa, passando, em 2003, a ser coletada, também, na *Plataforma Lattes*, por meio dos currículos lattes dos seus respectivos membros (CNPq, 2008).

polêmica que envolve esse assunto, afirmam que as pesquisas executadas no interior dos grupos são relevantes para as áreas e domínios dos estudos desenvolvidos, sobretudo no que tange à reflexão e resolução das questões enfrentadas por discentes e docentes. Os grupos de pesquisa viabilizam o compartilhamento do conhecimento e redimensionam a atividade científica (VALENTIM, 2007). Ao integrar seus membros, é produzido um processo sinérgico que agrega pesquisadores por meio de linha(s) de pesquisa(s), cujos os projetos de pesquisa são concebidos e desenvolvidos pelos membros participantes, favorecendo a investigação, a reflexão e o questionamento de determinado(s) objeto(s).

Além de apreender esse caráter aglutinador, ao proporcionar maiores possibilidades de diálogo e interação entre pesquisadores dos mais diferentes estágios de formação, os grupos de pesquisa assumem papel importante na integração do ensino, pesquisa e extensão. Eles são propulsores dessa indissociabilidade, participando ativamente dos diferentes momentos, atuando tanto no processo de formação (ensino) como na extensão (VALENTIM, 2007).

No que concerne os grupos de pesquisa em Geografia, a prática investigadora, além de forjar as condições acima explicitadas, subsidiando o processo formativo do(a) futuro(a) licenciado(a) em Geografia, promove o trabalho coletivo desenvolvido pelos grupos. Realizou-se uma análise que identificou e analisou os temas socializados pelos membros que compõem os grupos de pesquisa em Geografia Agrária do estado de São Paulo. Em todos oito grupos<sup>9</sup>, as linhas de pesquisa deram identidade às temáticas estudadas e foram amplamente compartilhadas e socializadas por membros de todos os níveis acadêmicos. Cada grupo de pesquisa definiu linhas e temáticas próprias para a condução de seus estudos, revelando a unidade e a diversidade temática da própria Geografia. As temáticas selecionadas pelos grupos ajudam na identificação das tendências e perspectivas da Geografia Agrária neste início do século XXI: relação campo/cidade, comunidades tradicionais (quilombolas, caiçaras e indígenas), gênero, migração, impactos da modernização agrícola e tecnológica, luta pela terra e pela água, disputa territorial, movimentos sociais e socioterritoriais, sindicatos, agroenergia e biocombustíveis, agricultura orgânica/agroecológica, agricultura familiar/camponesa, tecnologias da informação no campo, infraestrutura logística, relação capital x trabalho,

---

<sup>9</sup> Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA) e o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), os três da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Presidente Prudente; Núcleo de Estudos Agrários (NEA), da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Rio Claro; *Geografias da Modernidade: geografia e gênero, família e trabalho, Geografia Agrária e Agricultura e Urbanização*, da Universidade de São Paulo (USP); e o *Logística, Agricultura e Uso do Território Brasileiro*, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

agronegócio, abordagem teórico-metodológica, debate paradigmático, turismo rural, pluriatividade, multifuncionalidade da agricultura familiar, novas ruralidades, rendas agrícolas e não-agrícolas, envelhecimento no meio rural, cadeias produtivas, políticas públicas, desenvolvimento territorial e educação do campo.

O grupo *Geografias da Modernidade* (USP) interessou-se nas questões que envolvem a modernidade tecnológica da cana-de-açúcar, com destaque para o gênero, a tecnificação agrícola e a evolução espacial da ocupação. A questão da modernização tecnológica do campo constitui-se como temática central, e faz contraponto com o trabalho do circuito inferior no campo – mão de obra volante e queda gradativa de ocupação da força de trabalho. A partir dessa questão, o grupo voltou-se ao estudo e compartilhamento de temáticas como o êxodo rural, a migração, a proletarização e subordinação do pequeno produtor, as relações do Estado no processo de modernização agrícola, as políticas públicas e as relações de gênero.

No NEA, localizado na UNESP-Rio Claro, os temas centraram-se na abordagem teórico-metodológica da Geografia Agrária, no turismo rural e na pluriatividade, nos impactos da modernização da agricultura e no avanço do setor canavieiro, na agricultura familiar e na multifuncionalidade, na questão da migração e na relação campo-cidade/rural-urbano e nas dinâmicas dos pequenos municípios e sua relação com aspectos da ruralidade.

O GEDRA (UNESP-Presidente Prudente) priorizou temáticas que tratam a renda agrícola e não-agrícola, associativismo e cooperativismo rural, organização e a formação de núcleos urbanos, com destaque para as relações campo/cidade e/ou rural/urbano, a questão do envelhecimento no meio rural, as cadeias produtivas, a interação da agricultura com a indústria, as formas de viabilidade e a adoção de inovações tecnológicas e a questão das políticas públicas, foram os temas mais prestigiados pelo grupo.

O grupo *Logística, Agricultura e Uso do Território Brasileiro* (Unicamp), desenvolveu seus estudos centrados na análise das redes e fluxos e na análise regional. Com relação às redes e fluxos, são analisados os efeitos da modernização e da exportação agrícola no território brasileiro considerando a região competitiva e a logística para explicar a organização do território. Já no que concerne a análise regional, busca-se a compreensão do uso corporativo do território brasileiro pelas empresas processadoras de suco de laranja, relacionando-se, deste modo, a análise do circuito espacial produtivo. Embora a tendência da agricultura familiar compareça como predominante para a Geografia Agrária, o grupo não se dedicou à investigação destes

sujeitos, mas no estudo de como o espaço geográfico é redefinido para o atendimento de grandes corporações, sem direcionar o olhar para a agricultura familiar.

A temática principal do grupo *Agricultura e Urbanização* (USP) está no estudo da relação campo/cidade e agricultura/urbanização. O grupo desenvolve pesquisas específicas sobre estudos agrários ou urbanos, com destaque também para as pesquisas entre geografia, literatura e cinema, atuando como perspectivas complementares da temática principal. O trabalho escravo, a questão de gênero e os agrocombustíveis, também fazem parte do temário do grupo, além daquelas associadas às comunidades tradicionais brasileiras, com ênfase para as comunidades quilombolas, caiçaras e indígenas.

Para o grupo *Geografia Agrária* (USP), a preocupação está no estudo do campesinato e da questão agrária brasileira. O leque de temáticas investigadas pelo grupo é bastante amplo: luta pela terra e movimentos sociais, relação campo-cidade e/ou rural urbano, comunidades tradicionais, a questão sobre a agroenergia, com destaque para os biocombustíveis, as práticas da agricultura orgânica/agroecológica, a agricultura familiar/camponesa e trabalhos que discutem a temática teórico-metodológica, sobretudo, do marxismo e da política para a teoria do campesinato e sobre a etnoconservação.

No CEGeT (UNESP), o grupo propõe realizar uma leitura geográfica através da temática trabalho. Seus membros compartilham estudos sobre as múltiplas formas de expressão do trabalho para ações políticas de caráter emancipatório. A relação capital x trabalho é o cerne das discussões do grupo, no qual as redefinições do trabalho se constituem como o ponto de partida para as questões atinentes ao gênero, agroecologia, cooperativismo, movimentos sociais, luta pela terra e ao discurso do agronegócio, por exemplo. A superação do capital e o enfrentamento político colocam os pesquisadores desse grupo junto ao PQA e a tendência do *campesinato* e da proletarização comparecem para o grupo.

No *Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária* (NERA-UNESP), a grande temática é a disputa territorial, organizada sob outras, como a luta pela terra – ocupações de terras, assentamentos rurais, estrutura fundiária, movimentos socioterritoriais e manifestações do campo, impactos socioterritoriais – assentamentos, agricultura camponesa, agronegócio e desenvolvimento territorial – e territórios do saber – educação do campo, ensino de geografia, representação documental da luta pela terra, pensamento geográfico e o debate paradigmático.



O desenvolvimento da pesquisa definida como um processo científico, educativo, transformador e questionador, é um dos maiores desafios do sistema educacional brasileiro. Ele necessita ser estendido para além da sala de aula, com a inserção de locais que estimulem a pesquisa. A construção do conhecimento deve ultrapassar o *locus* da sala de aula e precisa preocupar-se com a sua socialização, seja via grupos, laboratórios, bibliotecas, intercâmbios e/ou congressos.

Mesmo sabendo da importância que esta categoria ganhou no Brasil, buscase, nas próximas linhas, evidenciar o contexto, as implicações e as problemáticas que envolvem esse tipo de organização do trabalho acadêmico, o que se aplica aos grupos de Geografia. Na tentativa de adequar-se às demandas apresentadas pelo processo de reestruturação produtiva e pela política neoliberal, a década de 1990 marca uma nova realidade. Este processo teve rebatimentos em inúmeros setores, estendendo-se às políticas educacionais e ligadas à ciência e tecnologia, reorganizando o Ensino Básico e Superior. Como os grupos de pesquisas fazem parte de um projeto que articula pesquisa, ensino e extensão, eles também devem ser interpretados diante desse contexto mais amplo e que faz parte do processo de reestruturação produtiva e de rearranjo neoliberal.

### **Grupos de pesquisa, reestruturação produtiva e neoliberalismo**

Antes de debater o processo de reestruturação produtiva com a institucionalização dos grupos de pesquisa, uma ressalva merece ser feita. A intenção é descrever uma *tendência* relevante da prática científica que se consolida no Brasil, analisando-a como fenômeno que contextualiza a formação dos grupos de pesquisa. Portanto, o processo de reestruturação produtiva não se coloca como explicação única e nem definitiva dentre as mais variadas explicações que a institucionalização dos grupos de pesquisa possa conter. Não se descarta que outros fenômenos estão relacionados com o aumento dos grupos de pesquisa, mas fica evidente que a relação entre a institucionalização dos grupos e o processo de reestruturação produtiva seja mais um aspecto para que se possa compreender a consolidação e expansão das práticas científicas no país.

Outra ressalva que merece ser feita é a diferenciação entre formação e institucionalização dos grupos de pesquisa. Os grupos de estudo e pesquisa, em sua maior parte, não nasceram da sua condição formal, mas de indivíduos interessados na produção do conhecimento que, de acordo com suas afinidades temáticas e/ou teórico-

metodológicas, compartilham pensamentos e os materializam em pesquisas e estudos. A partir da década de 1990, sob o crivo do processo de reestruturação produtiva, novos sentidos foram atribuídos aos grupos, que passaram a incorporar as demandas do setor produtivo, oficializando-os e institucionalizando-os.

As atuais exigências do capitalismo e do atual contexto da reestruturação produtiva são universais, transcendem o plano conjuntural, adentram o estrutural e envolvem todas as esferas globais (MÉSZÁROS, 2002). Mais do que reproduzir-se no tecido empresarial e corporativo, essa estratégia também impactou na educação. O esgotamento do padrão fordista-taylorista e a passagem e ascensão do toyotismo reestruturou o processo produtivo por meio do investimento na ciência e na tecnologia, bem como em inovadores modos na organização e gestão do trabalho. A lei do Estado Mínimo e a derrubada das barreiras protecionistas regimentam a nova ideologia. A Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), defendem esses interesses, sugerindo reformas em todas as estâncias globais, inclusive a educacional, cujos princípios norteadores são a flexibilização, a desregulamentação da economia e a privatização (GOERGEN, 2010).

Essa concepção da educação baseou-se no molde taylorista-fordista e teve ascensão na década de 1950, período que a planificação econômica transformou o ensino (SAVIANI, 2002). A educação, que hipoteticamente poderia universalizar uma escola unitária e desenvolver o potencial dos seres humanos, colocou-se na contramão dessa perspectiva. A educação foi apropriada como valor econômico e encarada como bem de produção, ligada intimamente a uma produção material, como teoria do capital humano (SAVIANI, 2002). Em 1980, buscou-se flexibilizar e diversificar a organização escolar, na qual o papel do Estado foi secundarizado, transferindo suas ações para a esfera privada e legitimando interesses dominantes.

No Brasil, a ideologia neoliberal e o processo de reestruturação produtiva também ganharam força na década de 1990, mais precisamente no Governo Collor. Na tentativa de adequar-se às demandas apresentadas pelo mundo do trabalho e diante do contexto das mudanças globais, essa década marca uma nova realidade, em que a educação é mergulhada num conjunto de profundas transformações. Coube ao sistema de Ensino Superior atender à demanda com a formação de força de trabalho qualificada, cuja fragmentação sistêmica impõe-se (ANDRADE, 2002). A educação é transformada em mera prestadora de serviços, passa a ser regulada pelo mercado e a funcionar à sua semelhança. Perde-se a conotação de ideologia libertadora que promove a consciência

crítica e a formação intelectual do indivíduo e, às universidades, cabem formar cidadãos para uma sociedade competitiva e flexível e que atenda às demandas do mundo do trabalho, da racionalidade e da produtividade (GENTILI; ALENCAR, 2001).

As políticas públicas educacionais brasileiras sintetizam os ideais da Organização das Nações Unidas (ONU) para a América Latina, através de uma educação baseada na transformação produtiva equitativa (ANDRADE, 2002). Estas políticas têm buscado, essencialmente, meios alternativos para satisfazer as novas exigências dos mercados nacional e internacional e que são apresentadas como demandas pelo setor empresarial. A necessidade de “novos trabalhadores”, estabelecida por essa demanda empresarial, possui uma profunda relação com a educação. Na busca de sujeitos produtivos, adequado à nova dinâmica assumida pelo processo de trabalho e de produção, o mundo da produção apresenta-se na formação educacional (ANDRADE, 2002).

A estreita relação com o Ministério do Trabalho (MTB) fez com que as políticas educacionais se dirigissem para a formação de uma nova força de trabalho. Andrade (2002) destaca o conteúdo do documento intitulado “Questões críticas da educação brasileira” (1995) que, no bojo do Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI) e do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP), deixou mais clara a intencionalidade e o direcionamento das políticas educacionais elaboradas pelo Ministério da Educação na gestão de Paulo Renato Souza. Esse processo reformulou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Básico e o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Profissional (PROEP) e ainda estabeleceu novos mecanismos de avaliação, com o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB) (ANDRADE, 2002).

Como já foi debatido, é também na década de 1990 que se percebe uma preocupação mais efetiva com a organização formal da pesquisa e cria-se, no Brasil, o DGPB. Não obstante, como parte da esfera que abrange tanto o ensino como a pesquisa – além da extensão –, os grupos de pesquisa também estão envolvidos na dinâmica e complexa trama engendrada pelo processo de reestruturação produtiva e pela ideologia neoliberal. Sob os ditames do modelo toyotista, a concepção dos grupos de pesquisa proposta pelo CNPq está baseada na integração orgânica do coletivo de trabalho que, embora não se trate essencialmente da classe assalariada, reflete a dimensão do mundo do trabalho. Estamos nos referindo à institucionalização dos grupos de pesquisa continuamente envolvidos no DGPB, que passaram a compor uma estrutura rígida e organizativa de equipes de trabalho e que está interligada via redes. Somadas a isso, uma

condição produtivista do trabalho acadêmico e a articulação com o setor empresarial e produtivo manifestam-se na concepção de grupo de pesquisa do DGPB.

No Brasil e no mundo, a universidade passa a ser tratada como uma instituição operacional e como organização (CHAUÍ, 2001). As decisões relativas à docência, pesquisa e financiamento são transferidas à diretoria das universidades, e a funcionalidade e a racionalidade são atributos que as regem. Segundo Cardoso (2002), essa transformação tem origem no sistema avaliativo quantitativo imposto a todos os níveis acadêmicos, da graduação à pós-graduação, no qual as universidades são tratadas como empresas. Na graduação, esse padrão empresarial teve rebatimentos na maior funcionalidade das disciplinas oferecidas e na especialização dos cursos. Na pós-graduação, a diminuição do tempo de conclusão dos cursos de mestrado e doutorado e o aumento da produtividade são alguns dos reflexos deste novo padrão (CARDOSO, 2002).

A universidade é transformada em organização, marcada pelo conhecimento e atuação técnica (CARDOSO, 2002). A concepção de trabalho intelectual também sofreu profundas transformações, sobretudo nas Ciências Humanas, que prescindem de ritmos mais lentos e graduais, mas que adentram outras concepções de trabalho intelectual, estas baseadas, por exemplo, na ideia de avaliação e de produtividade da pesquisa. Essas modificações repercutiram nas formas de organização do trabalho de pesquisa, onde os grupos de pesquisa passaram a ser prioridade.

Dentre os objetivos do CNPq na constituição do DGPB, a avaliação com o setor produtivo e empresarial é uma das orientações para a prática científica brasileira. O DGPB funciona como uma base de dados que desempenha papel estratégico, pois revela as condições da atividade científico-tecnológica brasileira e atua como um agente intermediador com o setor corporativo e empresarial. As entidades empresariais assumem mais de 72% de participação (3.606) junto aos grupos de pesquisa.

A tabela 1 demonstra, por área do conhecimento, o relacionamento dos grupos de pesquisa com o setor empresarial no ano de 2010.

**Tabela 1: Número de grupos que relataram pelo menos um relacionamento com empresas\* segundo a grande área do conhecimento predominante do grupo\*\* – 2010**

Grande área predominante do grupo	Nº de grupos que relataram relacionamentos (a)	Total de grupos na grande área (b)	a/b x 100
Engenharias	1.068	3.548	30,1
Ciências Agrárias	707	2.699	26,2
Ciências Exatas e da Terra	343	2.934	11,7
Ciências Biológicas	352	3.108	11,3
Ciências Sociais Aplicadas	328	3.438	9,5
Ciências da Saúde	430	4.573	9,4
Ciências Humanas	235	5.387	4,4
Linguística, Letras e Artes	43	1.836	2,3
<b>TOTAL</b>	<b>3.506</b>	<b>27.523</b>	<b>12,7</b>

\* Empresas são entes que possuem no mínimo um registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica. \*\* Cada grupo possui apenas uma grande área do conhecimento predominante nas suas atividades.

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (DGPB), 2010.

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos Vinha.

No ano de 2010, dos 27.523 grupos de pesquisa brasileiros, 3.506 possuíam algum tipo de relação com empresas, ou seja, mais de 12% dos grupos cadastrados no DGPB. Dentre as três principais empresas, a Embrapa, a Petrobras e a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) aparecem na liderança como as mais mencionadas. Destacam-se as Engenharias e Ciências Agrárias, com 30,1% e 26,2%, respectivamente. No tocante às Ciências Humanas, a área coloca-se de maneira tímida e ocupa o penúltimo lugar – apenas 4,4% dos grupos estreitam relações com o setor produtivo. Coube às Ciências Humanas adequarem-se a esta política, universalizando a estrutura na qual a ciência deve estar alinhada.

Quanto ao tipo de relacionamento entre grupos e empresas, o DGPB mostrou as inúmeras formas de apropriação do conhecimento produzido pelas empresas. Dos diversos tipos de relações predominantes, a pesquisa científica de uso imediato dos resultados pelas empresas ocupa a primeira posição, seguida da pesquisa científica sem uso imediato dos resultados pelas empresas e a transferência de tecnologia desenvolvida pelo grupo para as empresas parceiras, em terceiro lugar (DGPB, 2010). Ainda, segundo

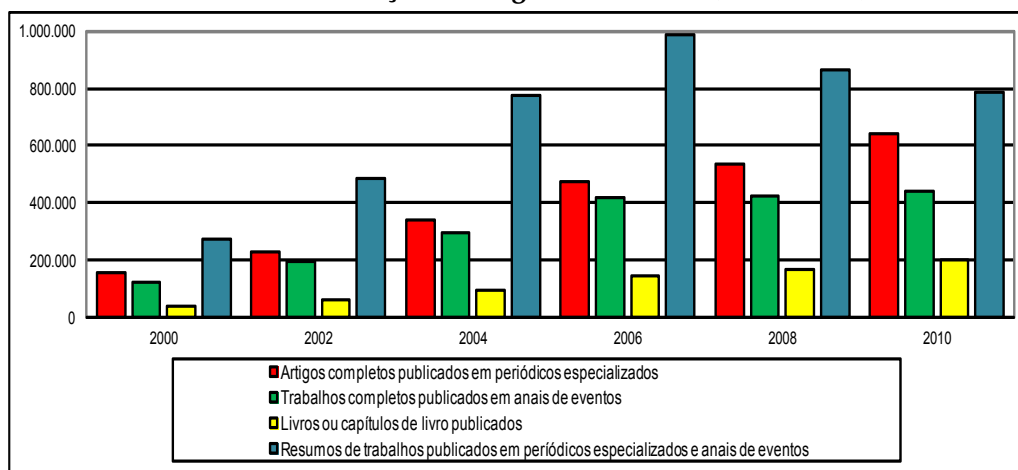
os dados do DGBP (2010), 24 grupos de pesquisa em Geografia declararam possuir algum tipo de relacionamento com 28 empresas.

Esta integração do conhecimento ao setor produtivo demonstra uma nova lógica que busca formar uma força de trabalho que se integre, desde a graduação, aos moldes, padrões e competências exigidas pelo mercado. Os grupos de pesquisa também estão conectados a um projeto político nacional e internacional, em que o conhecimento é transformado e potencializado para o trabalho e ao setor produtivo. Segundo Thomaz Jr.:

Nem a ciência, nem o trabalho científico escapam do estranhamento típico da sociedade do capital, das formas de pensamento que edificam estruturas discursivas e proposituras afinadas às formas de pensamento que dão sustentação à ordem fragmentária dos seus postulados e do seu sociometabolismo (THOMAZ JR., 2009, p. 91).

A produtividade acadêmica é outra condição que o DGPB revela. A expansão dos grupos de pesquisa também é acompanhada pela ampliação da produção científica no Brasil. Nos censos realizados pelo DGPB, constata-se um grande salto na produção científica brasileira. Foram considerados pesquisadores, estudantes e pesquisadores doutores cuja produção bibliográfica indicou os artigos completos publicados em periódicos especializados (circulação nacional e internacional), trabalhos completos publicados em anais de eventos, livros ou capítulos de livro publicados e resumos de trabalhos publicados (periódicos especializados e anais de eventos) no período compreendido entre 2000 e 2010. A exceção desse crescimento foram os resumos de trabalhos publicados, que sofreu aumento até o ano de 2006 e posteriormente declinou. Esse decréscimo pode ser um forte indicador de que os pesquisadores estão se dedicando a publicar trabalhos completos (Gráfico 5).

**Gráfico 5: Produção bibliográfica – Brasil (2000-2010)**



Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (DGPB), 2010  
 Organização: Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

A expansão da formação de grupos e redes de pesquisa também está vinculada ao fenômeno de ampliação da disputa e da concorrência acadêmica e da aliança de pesquisadores (MOCELIN, 2009). A organização em grupos de pesquisa e a constituição de alianças entre os pesquisadores são mecanismos que efetivam a participação na distribuição de recursos, seja de capital financeiro ou simbólico, como no debate do conhecimento produzido, através de publicações e linhas de pesquisa. A formação de grupos de pesquisa constitui-se como estratégia para a superação de crises e dificuldades. O crescimento do número de pesquisadores não acompanhou os recursos disponíveis para a pesquisa, fazendo do grupo um novo tipo de aliança científica, um indicador de luta e reação da comunidade científica perante esse quadro de concorrência (MOCELIN, 2009).

Nessa disputa entre os pesquisadores, a produtividade é um fator fundamental (MOCELIN, 2009). Como já discutido, a Avaliação Trienal 2007 da Capes também utiliza o critério da produtividade acadêmica para avaliar os programas de pós-graduação. Este padrão, pautado na produtividade, tem sido duramente criticado por inúmeros estudiosos. Tal avaliação baseia-se num teor quantitativo, em que o mérito dos programas não é mais mensurado pela capacidade de formar bons profissionais, mas pelo volume das publicações (SEVERINO, 2003). Não se pode reduzir o padrão de avaliação à dimensão quantitativa, isto é, ao fator meramente numérico, pois o conhecimento extrapola esse entendimento e adentra aspectos cognitivos que o modelo bibliométrico não retrata (POLANCO, 1989). “[...] o atual programa da coleta Capes transforma automaticamente toda informação em dado quantitativo e em porcentagens, e

o que não for tabulável, quantificável, acaba não sendo levado em consideração” (SEVERINO, 2003, p. 5).

Esta dinâmica vem levando à sistemática classificação dos programas de pós-graduação, a partir do estabelecimento de *rankings* e à incessante competição pelos melhores patamares. A adoção deste tipo de avaliação tornou-se critério elementar para a atribuição de bolsas e recursos oferecidos pela Capes e pelo CNPq.

A filiação de pesquisadores em grupos de pesquisa faz parte de um conjunto de critérios que as agências de fomento utilizam para o apoio institucional, a saber: recursos referentes a bolsas de iniciação científica, participação de eventos, impressão e tradução de pesquisas, entre outros (VALENTIM, 2007). O estímulo à conformação de grupos de pesquisa também está conectado a uma política de teor quantitativo, pois a associação do pesquisador a um grupo, além de potencializar as chances de financiamento (SEVERINO, 2003), é um dos critérios empregados pela Capes, como visto nas páginas anteriores. A existência de um diretório e de critérios de seleção de concessão de bolsas baseados na existência de grupos de pesquisa, estimula a criação de grupos fictícios, isto é, de grupos que não desenvolvem projetos em conjunto.

Mocelin (2009) também apontou para essa tendência. Embora a iniciativa de formação dos grupos de pesquisa por parte de uma política explícita de agências e programas tenha promovido a elaboração de projetos mais amplos e relevantes, este não foi um processo espontâneo. A disponibilização de recursos para os grupos promoveu um movimento em busca de parcerias e de consolidação de equipes de trabalho, mas muitas vezes, também resultou na formação desses grupos “artificiais”, unidos pela possibilidade de recursos.

A produtividade paira sobre a universidade e a expressão alienada do mundo do trabalho estabelece-se no Ensino Superior. A institucionalização dos grupos de pesquisa faz parte de uma política educacional fundada nos valores de mercado que objetiva formar uma força de trabalho adaptada às transformações vigentes, burocratizando o ensino.

A integração orgânica do coletivo de trabalho, ditada pelo cadastro e adaptação dos pesquisadores junto ao CNPq no DGPB, impõe a institucionalização e a organização da pesquisa articulada em grupos e redes, estimula a produtividade acadêmica e associa a pesquisa e a educação com o setor produtivo e empresarial. Todas essas interfaces manifestam-se como elementos do processo de reestruturação produtiva nas políticas de encaminhamento da educação, da ciência e da tecnologia no Brasil. Por outro lado, não há como negar que a nucleação de pesquisadores aos grupos de



pesquisa vem estimulando a socialização do conhecimento, integrando discentes tanto da pós-graduação como da graduação e conduzindo a uma forma organizativa que descentraliza o conhecimento e desenvolve o constructo intelectual dos envolvidos neste processo.

### **Considerações finais**

Ao refletir e debater sobre a organização da pesquisa no país por intermédio dos grupos de pesquisa, dois aspectos foram exaltados: a institucionalização da pesquisa e a reestruturação produtiva. A institucionalização da pesquisa, via grupos, foi tratada pela capacidade desses espaços de socializar conhecimentos, englobando ensino, pesquisa e extensão. São espaços que apresentaram contínuo crescimento a partir da década de 1990, momento no qual se percebeu um vertiginoso aumento, passando de aproximadamente 6 mil (2003-2006) para cerca de 11 mil grupos no triênio 2007-2010 em todo o país. Este crescimento atingiu todas as macrorregiões brasileiras e áreas do conhecimento, sobretudo nas Humanidades. Até o ano de 2010, a Geografia contava com 313 grupos, dos quais participavam discentes dos mais variados níveis acadêmicos, docentes e técnicos.

Como espaços de socialização do conhecimento científico, os grupos subsidiam a formação do profissional licenciado, fomentam a construção de uma postura crítica e reflexiva e aproximam teoria e prática. No centro desse processo, está o trabalho coletivo, em que temas de estudo específicos são compartilhados por seus membros. Ao analisar a Geografia Agrária em São Paulo, detectou-se um perfil bastante singular dos grupos, de modo que cada um desenvolveu uma identidade temática para o entendimento dos estudos sobre o campo.

Por outro lado, é preciso apreender as contradições deste tipo de organização do trabalho científico. O processo de reestruturação produtiva e o projeto neoliberal que adentraram o ensino e a pesquisa no Brasil, trouxeram desdobramentos na forma de organizar a pesquisa no Brasil. A lógica e composição que regimentam os grupos, a articulação em redes, a condição produtivista do trabalho acadêmico e a articulação com o setor empresarial e produtivo, são algumas das novas características fundadas nos valores de mercado que diferenciam-se substancialmente da concepção de grupo construída até então.

## Referências Bibliográficas

- ANDRADE, F.A. Reestruturação Produtiva, Estado e Educação no Brasil de Hoje. In: **Anais** da 24a Reunião Anual da ANPED. 25 anos, CD-ROM histórico, 2002.
- ARMELIN, H.A. Universidade de pesquisa. In: SILVA (et al). **Reflexões sobre universidade, ciência e pós-graduação**. Ribeirão Preto: Holos, 2001.
- BEILLEROT, J. A "pesquisa": esboço de uma análise. In: ANDRÉ, M. (org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. Campinas: Papyrus, 2001.
- BRASIL**. I Plano Nacional de Pós-Graduação. MEC: Brasília, 1975.
- \_\_\_\_\_. III Plano Nacional de Pós-Graduação. MEC/CAPES: Brasília, 1986.
- \_\_\_\_\_. V Plano Nacional de Pós-Graduação. MEC/CAPES: Brasília, 2004.
- \_\_\_\_\_. IV Plano Nacional de Pós-Graduação. MEC/CAPES: Brasília, 2010.
- \_\_\_\_\_. Critérios de avaliação: Avaliação Trienal 2007 (triênio 2004 - 2006). MEC/CAPES: Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/criterios-de-avaliacao>>. Acesso em: 19 fev. 2010.
- \_\_\_\_\_. História e missão. MEC/CAPES: Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>>. Acesso em: 16 jan. 2010.
- CARDOSO, I. O lugar da crítica na universidade pública. In: **Plural: Revista de Ciências Sociais**, v. 9, 2º sem. São Paulo: 2002. p. 181-196.
- CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Unesp, 2001.
- CNPQ. **Perguntas frequentes**. Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/diretorioc/html/faq.html#3>>. Acesso em: 17 set. 2008.
- FERREIRA, D.A.O.. A Geografia Agrária brasileira: dinâmica, variada e complexa. In: **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 7, jan./jul. 2011. p. 83-96.
- GENTILI, P.; ALENCAR, C.. **Educar na esperança em tempos de desencanto**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- GOERGEN, P. Educação superior na perspectiva do sistema e do plano nacional de educação. In: **Educ. Soc.**, v. 31, n. 112, jul.set., 2010. p. 895-917
- MALDONADO, L. A.; PAIVA, E. V. A. Iniciação científica na graduação em nutrição: possibilidades e contribuições para a formação profissional. In: CALAZANS, J. (Org.). **Iniciação científica: construindo o pensamento crítico**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARAFON, G.J. A importância dos grupos de pesquisa na formação dos profissionais da geografia agrária: a experiência do NEGEF. In: **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 3, n. 5, 2006. p. 284-290. Disponível em: <[www.campoterritorio.ig.ufu.br/include/getdoc.php?id=320&article=128&mode=pdf](http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/include/getdoc.php?id=320&article=128&mode=pdf)> Acesso em: 25. ago. 2008.
- MARTIN, A.R. A pós-graduação no Brasil: dilemas do crescimento. In: SILVA, José Borzacchiello (et al). **Panorama da Geografia brasileira 2**. São Paulo: AnnaBlume, 2006.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Campinas: Boitempo Editorial, 2002.
- MIORIN, V.M.F.. Novas motivações na formação dos profissionais em geografia agrária proveniente dos grupos de pesquisa e do comprometimento das IES com o desenvolvimento regional. In: **Anais** do ENCONTRO NACIONAL DOS GUPOS DE PESQUISA EM GEOGRAFIA AGRÁRIA, 1, 2005, Rio de Janeiro. "Agricultura, Desenvolvimento e Transformações socioespaciais". Rio de Janeiro: UERJ, 2005. p. 1-20. CD-ROM.
- LÜDKE, M.; CRUZ, G.B.; BOING, L. A.. A pesquisa do professor da educação básica em questão. In: **Revista Brasileira de Educação**, v.14, n. 42, set./dez. 2009. p.456-468.

MOCELIN, D.G. Concorrência e alianças entre pesquisadores: reflexões acerca da expansão de grupos de pesquisa dos anos 1990 aos 2000 no Brasil. In: **RBPG**. Brasília, v. 6, n. 11, dez. 2009. p. 35-64.

POLANCO, X. "Une science-monde: la mondialisation de la science européenne et la création de traditions scientifiques locales." In: POLANCO, Xavier (dir.) **Naissance et Développement de la Science-Monde**. Paris, Ed. La Découverte/Unesco, 1989. p. 10-53.

ROBL, F.; MENEGHEL, S. M. Produção acadêmica em grupos de pesquisa em educação – o perfil dos GPs do Sistema ACADE/SC. In: ALMEIDA, H.C.T. (Org.) (et al). **Desafios da educação neste século: pesquisa e formação de professores**. Cruz Alta: UNICRUZ, v.2, 2003. p. 262-271.

SAVIANI, D. Transformações do Capitalismo, do Mundo do Trabalho e da Educação. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L. (Orgs.). **Capitalismo, Trabalho e Educação**. Campinas/SP: Autores Associados, Histedbr, 2002. (Coleção Educação Contemporânea).

SEVERINO, A.J. **A política de pós-graduação no Brasil: avaliando a avaliação**. 2003. Disponível em: <[www.anped.org.br/reunioes/26/.../seantoniojoaquimseverino.doc](http://www.anped.org.br/reunioes/26/.../seantoniojoaquimseverino.doc)>. Acesso em: 19 fev. 2010.

SOARES, M.S.A. (Org.) (et al). **A educação superior no Brasil**. Brasília: Capes, 2002.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos)**. 2009. Tese (Livre Docência). Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Presidente Prudente.

VALENTIM, M. Instrumentos integradores do ensino, pesquisa e extensão: o caso dos grupos de pesquisa. In: **Revista F@ro**: Revista Teórica Del Departamento de Ciências de la Comunicacion e de la Información, Valparaíso (Chile), ano 8, n. 5, p. 1-8, 2007.

Recebido em 14 de fevereiro de 2014.

Aprovado para publicação em 28 de março de 2015.